

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG003610/2020  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 03/12/2020  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR053976/2020  
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.182934/2020-79  
DATA DO PROTOCOLO: 02/12/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB NAS IND EXTRATIVAS DE ITAUNA E ITATIAIUCU, CNPJ n. 23.773.856/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROBERTA ALVES SILVA;

E

JMN MINERACAO S.A., CNPJ n. 08.579.947/0001-00, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). VINICIUS CAMARGOS NOGUEIRA e por seu Diretor, Sr(a). SERGIO DINIZ NOGUEIRA;

FERRO + MINERACAO S.A., CNPJ n. 21.256.870/0001-04, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). VINICIUS CAMARGOS NOGUEIRA e por seu Diretor, Sr(a). SERGIO DINIZ NOGUEIRA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021 e a data-base da categoria em 01º de agosto.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos empregados das indústrias extrativas**, com abrangência territorial em **Itatiaiuçu/MG e Itáúna/MG**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

O piso salarial, a partir de 1º de agosto de 2020 será de R\$1.350,00 (hum mil e trezentos e cinquenta reais), ficando o mesmo sujeito a política salarial em vigor.

**parágrafo primeiro:** Em hipótese alguma o salário de ingresso poderá ser inferior ao salário mínimo vigente.

## Reajustes/Correções Salariais

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão para todos os seus empregados da categoria à partir de 1º de agosto de 2020 a correção salarial no percentual de 2,7% (Dois virgula sete por cento) a incidir sobre os salários praticados até 31/07/2021.

**parágrafo único:** Com o cumprimento no disposto no presente acordo coletivo, ficam expressamente quitadas eventuais perdas que tenham ocorrido até 31/07/2020.

### Pagamento de Salário – Formas e Prazos

### CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas concederão mensalmente até o dia 20 (vinte), a todos empregados da categoria, um adiantamento de salário correspondente a até 30% (trinta por cento) do salário nominal, desde que solicitado por escrito à empresa até o dia 10 (dez) do mês anterior.

**parágrafo único:** O empregado poderá dispensar, também por escrito, o adiantamento quinzenal de que trata o caput, caso tenha por ele optado anteriormente

### CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO

Todo empregado terá direito a receber o adiantamento da 1ª parcela de seu 13º salário no mês que lhe forem concedidas as férias, caso seja de seu interesse e se requerido ao departamento pessoal da empresa por escrito até o dia 10 (dez) do mês anterior ao período de gozo dessas.

### Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

### CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus empregados quando solicitado cópias dos comprovantes de pagamentos, indicando e discriminando a natureza e os valores das diferentes importâncias pagas, dos descontos efetuados e dos montantes das contribuições para FGTS, INSS e IRRF.

**parágrafo único:** Ficarão, entretanto, dispensadas as empresas que propiciarem aos seus empregados de forma gratuita a disponibilização de Acesso a Demonstrativo Eletrônico de Pagamento com as especificações de valores e respectivos descontos.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Outras Gratificações**

#### **CLÁUSULA OITAVA - RETORNO DE FERIAS**

As empresas pagarão aos seus empregados a título de Retorno de Férias um benefício na seguinte proporção:

**parágrafo primeiro** - 75% (setenta e cinco por cento) do salário nominal do empregado, em caso de ter faltado até 5 (cinco) dias no intervalo de 12 (doze) meses.

**parágrafo segundo** - 60% (sessenta por cento) do salário nominal do empregado em caso de faltas superiores a 5 (cinco) dias no intervalo de 12 (doze) meses.

**parágrafo terceiro** – Em caso de afastamento de seus empregados, os pagamentos serão pagos proporcionalmente aos meses trabalhados.

**parágrafo quarto** – Pagará ainda a empresa a seus empregados, o benefício previsto no parágrafo segundo, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês efetivamente trabalhado, na rescisão do contrato, para aqueles que não contarem com período completo de 12 (doze) meses de sua admissão, mesmo que tenha o empregado pedido demissão.

**parágrafo quinto** - Considera-se para fins de cálculo do 1/12 (um doze avos) acima, quando não houver completado os 30 (trinta) dias, a fração de 15 (quinze) dias ou mais.

**parágrafo sexto** – São consideradas para efeito deste acordo, as faltas injustificadas e afastamentos.

**parágrafo sétimo** – O pagamento aqui previsto será pago em folha de pagamento quando do retorno do empregado de suas férias, e sua quitação terá abrangência por todo o período aquisitivo de férias, ou seja, relativa aos 12 (doze) meses citados nos parágrafos anteriores.

#### **CLÁUSULA NONA - OUTROS BENEFÍCIOS**

A-) As empresas concederão em dezembro de 2020 a todos seus empregados, ativos e afastados, gratuitamente uma **Cesta de Natal**.

B-) Aos funcionários estudantes e a seus dependentes até o limite de vinte e quatro anos (24) de idade será fornecido pelas empresas um **Kit Escolar** até o dia 20/01/2020.

C-) Será fornecido aos Funcionários que tiverem seus filhos nascidos durante a vigência do presente Acordo Coletivo um **Kit Recém Nascido**.

D-) Aos aniversariantes durante a vigência do presente Acordo Coletivo será fornecido um **Brinde de Aniversário**.

E-) As empresas concederão aos seus funcionários o Cartão "MG Card", para convênios firmados junto a Farmácias e Laboratórios.

Os benefícios da presente cláusula tem caráter indenizatório e não constituem base de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se aplicando também o princípio da habitualidade.

### **Participação nos Lucros e/ou Resultados**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

As empresas pagarão aos seus empregados, a **PLR - Participação nos Lucros e Resultados** referente ao período de vigência deste acordo no valor mínimo de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), até o dia 20/01/2021, com base em critérios estabelecidos nos parágrafos abaixo:

##### **parágrafo Primeiro –**

**A)** Os funcionários **admitidos** nas empresas no decorrer deste acordo, receberão proporcionalmente 1/12 (um doze avos) deste mesmo valor, para cada mês trabalhado, considerando para isto a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

**B)** Os funcionários **demitidos** das empresas no decorrer deste acordo, receberão proporcionalmente 1/12 (um doze avos) deste mesmo valor, para cada mês trabalhado, considerando para isto fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

##### **Parágrafo Segundo –**

Conforme previsto na Constituição Federal e na Lei 10.101/2000, o pagamento previsto nesta cláusula não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se aplicando também o princípio da habitualidade.

## **Auxílio Alimentação**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LANCHE**

As empresas se obrigam a fornecer lanche, além do já fornecido normalmente aos empregados que eventualmente ultrapassarem a jornada de trabalho em mais de duas horas extras.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REFEIÇÃO E TICKET ALIMENTAÇÃO/VALE REFEIÇÃO**

As empresas concederão a partir de agosto/2020 aos seus empregados Cartão Alimentação no valor mensal de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), podendo a critério da empresa descontar no salário do beneficiado ao título supra até 5,0% (cinco por cento) deste benefício.

A-) Para o mês de dezembro de 2020 o valor do **Cartão Alimentação** terá um valor adicional de R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

B-) Fica o benefício previsto no "Caput" desta cláusula assegurando ao empregado afastado por motivo de saúde e as afastadas por licença maternidade pelo período máximo de seis (06) meses, e ao afastado por Acidente de Trabalho pelo período máximo de doze (12) meses.

C-) Os benefícios da presente cláusula tem caráter indenizatório e não constituem base de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se aplicando também o princípio da habitualidade.

## **Auxílio Educação**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - BOLSA ESCOLA**

Para as empresas que adotarem para seus empregados o benefício da bolsa escola (integral ou parcial), não terão nesta parcela qualquer incidência, encargo trabalhista, previdenciário ou fiscal, e nem se aplicará "in casu" o princípio da habitualidade, devendo, entretanto, ser criado entre as partes mecanismos e critérios para a concessão deste benefício.

## **Auxílio Saúde**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA A SAÚDE**

As empresas, sempre que for possível, farão convênios com médicos, hospitais, planos de saúde (co-participativo), dentistas e farmácias, no sentido de facilitar junto aos mesmos, condições econômico-financeiras e de atendimento mais favoráveis aos seus empregados e dependentes na assistência à saúde.

#### **parágrafo primeiro - DESCONTO NO PLANO DE SAÚDE**

As empresas arcarão com 100% sobre (cem por cento) sobre o valor da mensalidade tanto do plano individual quanto familiar, mantendo o subsídio de 70% (setenta por cento) para com as despesas por utilização.

#### **parágrafo segundo - DESCONTO NO PLANO ODONTOLÓGICO**

O percentual de desconto pago pelos empregados, referente ao Plano odontológico será no máximo de 50%(cinquenta por cento) sobre o valor da mensalidade para os funcionários ativos, e de 100% (cem por cento) para os funcionários afastados, até o limite de um ano de afastamento.

### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXILIO FUNERAL**

As empresas contribuirão com o pagamento de uma importância equivalente a 7 (sete) Salários Mínimos vigentes em caso de falecimento do empregado, destinando-se à (ao) esposa(o), companheira(o) ou dependentes do falecido, habilitado perante a Previdência Social, a título de auxílio funeral.

**parágrafo primeiro:** Caso as empresas antecipem algum pagamento diretamente à funerária ou outros, para esse fim, fica desde já autorizada a descontar tal valor em rescisão contratual.

**parágrafo segundo:** Caso as empresas tenham previsão de pagamento da referida verba em seu seguro coletivo, estará dispensado de efetuar o pagamento como previsto no caput.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE**

As empresas concederão às suas empregadas com filhos, até que os mesmos completem 06 (seis) anos de idade, um auxílio creche, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, nas seguintes condições:

**parágrafo primeiro:** O pagamento será feito mediante reembolso, até o segundo dia útil do mês subsequente, devendo a beneficiária apresentar no *departamento pessoal* da empresa, certidão de nascimento do filho, acompanhada do recibo do pagamento efetuado à creche;

**parágrafo segundo:** Após o aniversário do sexto ano de nascimento do filho, a empregada perderá o direito ao benefício;

**parágrafo terceiro:** Considerar-se-á creche, a instituição devidamente registrada como tal, e que tenha a guarda da criança durante a jornada integral de trabalho da mãe empregada.

## **Seguro de Vida**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO COLETIVO**

As empresas farão seguro em grupo para seus empregados, com valor mínimo de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) cobrindo morte natural, invalidez permanente por doença, invalidez permanente por acidente ou morte acidental.

**parágrafo primeiro:** As empresas pagarão 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade, cabendo aos empregados pagarem os 50% (cinquenta por cento) restantes, que será descontado mensalmente na folha de salários.

**parágrafo segundo:** As empresas enviarão ao sindicato cópias das apólices no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste acordo.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Atribuições da Função/Desvio de Função**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SALARIO SUBSTITUIÇÃO**

Ao empregado chamado para substituir outro com salário superior será garantido salário igual ao do substituído, enquanto durar a substituição, sem considerar as vantagens pessoais, desde que seja por período superior a 15 (quinze) dias.

**parágrafo primeiro:** Em períodos iguais ou inferiores a 15 (quinze) dias, o salário substituição será garantido única e exclusivamente nas hipóteses de substituição de um empregado em gozo de um

determinado período de férias fracionadas, desde que, ainda, a substituição seja por todo o período desta respectiva fração de férias.

**parágrafo segundo:** A "substituição" mencionada na presente cláusula somente restará caracterizada no caso de delegação total de poderes e/ou tarefas do empregado substituído ao empregado substituto. A delegação parcial

## **Normas Disciplinares**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMUNICADO POR ESCRITO**

As advertências e suspensões só poderão ter eficácia jurídica quando por escrito ao empregado, com menção expressa dos motivos da pena disciplinar. Deverá o empregador remeter à entidade sindical representativa da categoria profissional, cópia do comunicado da punição nos casos de recusa do empregado em recebê-la.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - TOLERÂNCIA NA MARCAÇÃO DE PONTO**

Os empregados da empresa terão como tolerância para marcação de ponto, um intervalo de 5 (cinco) minutos nos horários de início e término de cada jornada diária de trabalho em qualquer turno, sem ser computada como hora extra ou atraso.

**parágrafo único:** Se as empresas permitirem a entrada ou saída de empregados em suas dependências, com a finalidade de proporcionar aos mesmos a utilização do tempo para fins particulares tais como, transações bancárias por interesse particular, serviço de lanche ou café, ou qualquer outra atividade de conveniência dos empregados, desde que não exista a marcação de ponto, antes ou após 5 (cinco) minutos do início ou fim da jornada efetiva de trabalho, estarão isentas de considerarem esse tempo como período à disposição da empresa

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRA**

O trabalho extraordinário será remunerado com acréscimo sobre as horas normais, na seguinte proporção:

- A)-** Horas Extras laboradas de Segunda a Sexta-feira: 50% (cinquenta por cento).
- B)-** Horas Extras laboradas aos sábados: 60% (sessenta por cento).
- C)-** Horas Extras laboradas aos domingos e feriados: 100% (cem por cento).



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HORAS E DIAS PONTE**

Os minutos acrescidos ao final da jornada diária dos Empregados decorrentes da compensação dos chamados "dias-pontes entre feriados" serão considerados como jornada normal de trabalho, conforme as datas e os critérios estabelecidos no "Calendário JMN MINERAÇÃO e FERRO + MINERAÇÃO" que será divulgado e comunicado anualmente ao SINDEXTA.

### **Compensação de Jornada**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

A critério das empresas, a jornada de trabalho do Sábado poderá ser compensada pela prorrogação da jornada de trabalho durante a semana, sem ser considerada extraordinária, até o limite de 10 (dez) horas diárias, independente de acordo individual, conforme disposto no artigo 59 (cinquenta e nove) parágrafo 2º (segundo) da CLT e Enunciado nº. 108/TST.

**parágrafo único:** Nos casos de adoção do regime de compensação do sábado, quando este coincidir com feriado, as horas de compensação durante a semana não serão consideradas como extras, em contrapartida nos feriados tidos de segunda à sexta-feira será paga a jornada normal acrescida das horas necessárias à complementação da jornada para compensação do sábado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA PATERNIDADE**

A partir de 01/08/2020 os funcionários contemplados neste acordo terão direito a 07 (sete) dias corridos a título de Licença Paternidade.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BANCO DE HORAS**

As empresas, com fundamento no parágrafo 2º do artigo 59 da CLT , cuja redação foi dada pela medida provisória nº 2164-41 de 2001, poderá implementar e aplicar de forma global ou parcial, o sistema de compensação de horas (banco de horas).

**parágrafo primeiro:** As horas de jornadas suplementares inclusive as prestadas nos dias de feriados civis e religiosos, poderão ser objeto de compensação dentro da mesma competência em que foram laboradas ou dentro do prazo máximo de seis meses;

**parágrafo segundo:** O sistema de compensação será à razão de uma hora suplementar por uma hora de folga compensada;

**parágrafo terceiro:** As horas laboradas em determinado mês, e não compensadas naquela competência serão lançadas a crédito do funcionário enquanto as horas que faltarem para complementar à jornada mensal serão lançadas a débito;

**parágrafo quarto:** As horas lançadas a crédito do funcionário no banco de horas, referente à determinada competência serão compensadas com folgas no prazo de seis meses a contar da competência seguinte;

**A-)** Caso as empresas não conceda folgas suficientes à compensação no prazo acima estipulado, as horas não compensadas serão pagas como horas extras e com o acréscimo de 50,% (Cinquenta por cento) sobre o valor da horas normais;

**B-)** Caso o funcionário tenha débito de determinada competência e no prazo de seis meses não tenha a empresa feito a devida compensação com a jornada suplementar, o funcionário não sofrerá nenhum desconto em seu pagamento a este título;

**parágrafo quinto:** Em hipótese de rescisão contratual as horas de crédito que tenha direito o funcionário demitido serão pagas de acordo com o percentual respectivo sobre o valor da hora normal enquanto as horas de débito serão descontadas de suas verbas rescisórias tomando-se por base o valor da hora normal, em caso de rescisão por justa causa ou pedido de demissão.

**parágrafo sexto:** A folga em compensação deverá ser previamente informada ao empregado com antecedência mínima de 48 horas.

**parágrafo sétimo:** As horas laboradas nos domingos e feriados não serão objeto do banco de horas.

**Parágrafo oitavo:** A partir da assinatura do previsto acordo, as empresas informarão aos empregados no comprovante de pagamento saldo acumulado das horas existentes no banco de horas, no mês anterior, as acumuladas no mês atual e saldo que passa para o mês posterior.

### **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - VIGIA**

A jornada de trabalho do vigia será no regime 12/36, ou seja, para cada 12 (doze) horas de trabalho haverá 36 (trinta e seis) horas de descanso.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ESTUDANTES / PROVAS**

Aos empregados matriculados regularmente em estabelecimentos de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura ou Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, a empresa criará facilidades que, em época de provas escolares, as faltas motivadas pelo comparecimento às mesmas sejam justificadas, desde que marcadas em horários coincidentes com o trabalho na empresa e que o empregador seja avisado com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Condições de Ambiente de Trabalho**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORME DE TRABALHO**

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente a seus empregados, uniformes de trabalho, quando as funções assim o exigirem, sendo obrigatória a reposição sempre que necessário, bem como a devolução do uniforme danificado. Nos casos de empregados demitidos, a devolução do uniforme será também obrigatória.

#### **Aceitação de Atestados Médicos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS**

Só serão admitidos os atestados médicos emitidos por médicos credenciados pela empresa em seus convênios, pelo SUS e pelos Médicos contratados e ou credenciados pelo sindicato da categoria, e profissionais da rede particular.

O empregado deverá apresentar o atestado médico em até 48 (quarenta e oito) horas após a sua emissão.

## **Profissionais de Saúde e Segurança**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA**

Durante a vigência deste acordo, as empresas se comprometem, mediante rateio entre as empresas mineradoras da base territorial do sindicato, proporcionalmente ao seu número de empregados associados, com valor para cobrir os dispêndios com um dentista a ser contratado pelo sindicato para atendimento aos associados e seus dependentes.

### **Relações Sindicais**

#### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - SINDICALIZAÇÃO**

As empresas promoverão a sindicalização dos empregados no ato das admissões, desde que isto seja a vontade dos mesmos.

**parágrafo único:** As empresas se comprometem a fornecer uma relação de associados com seus dependentes, inclusive cônjuge, para atualização do cadastro junto ao sindicato, desde que com a expressa autorização dos respectivos empregados.

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

As empresas garantirão o atendimento ao sindicato através de representantes por ela designados, bem como o acesso do sindicato em suas dependências, desde que comunicada previamente sobre o assunto que motivar o comparecimento nas mesmas.

**parágrafo único:** Será permitido à entidade sindical afixar no quadro de avisos da empresa publicações de interesse dos trabalhadores.

### **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE DO SINDICATO**

A mensalidade, para os associados do SINDEXTRA, será descontada e repassada para o Sindicato, conforme deliberado em assembleia da categoria, no valor de R\$10,00 (dez reais), a partir da assinatura do acordo coletivo.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RECOLHIMENTO DOS DESCONTOS**

Todo desconto efetuado na folha do empregado em favor do sindicato terá que ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante apresentação do recibo emitido pelo sindicato que será informado previamente, por escrito, pela empresa sobre o valor devido; ou poderá a empresa efetuar o depósito em conta bancária do sindicato, remetendo-lhe cópia do recibo de depósito juntamente com a relação de empregados.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RELAÇÃO DE DESCONTOS**

A empresa se obriga a fornecer a relação de descontos de cada empregado efetuados em favor desta entidade sindical até o dia 10 do mês subsequente.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

As empresas ficam obrigadas a descontar de cada empregado, a título de contribuição assistencial, o valor de R\$ 120,00 (Cento e vinte reais), tal valor poderá ser pago em até 12 (doze) vezes, sendo que em caso de dispensa sem justa causa ou desligamento por parte do empregado antecipará o vencimento das parcelas pendentes da anualidade cujo desconto será na própria rescisão do contrato de trabalho . Tal contribuição será para custeio das atividades sindicais, cujos valores deverão ser depositados até o quinto dia útil do mês subsequente, passando a vigorar após a assinatura do presente instrumento coletivo, cujos valores serão depositados pela empresa em conta bancária do sindicato.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** fica estipulado o prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do presente acordo, para manifestação de oposição ao "CAPUT" pelos empregados das empresas que não assinaram o termo de sindicalização, ficando também a cargo da empresa informar acerca do referido prazo aos não sindicalizados .

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DESCONTOS CONVÊNIOS SINDICATO**

As empresas descontarão em folha de pagamento os convênios utilizados pelo empregado, mediante apresentação de autorização de desconto devidamente assinado pelo mesmo.

**parágrafo único:** O sindicato enviará relação de descontos, acompanhados de suas respectivas autorizações até o dia 17 (dezesete) de cada mês para o departamento de pessoal de cada empresa, para que haja o desconto em folha e respectivo depósito na conta bancária do sindicato.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**

As empresas deverão descontar mensalmente, a título de contribuição confederativa, 1% (um por cento) do salário nominal do empregado filiado em favor do sindicato, para custeio do sistema confederativo da representação sindical, conforme assembleia geral do mesmo e artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal.

### **Parágrafo Único:**

Fica garantido ao trabalhador o direito de exercer o direito de oposição ao desconto, mediante carta de oposição escrita de próprio punho, da qual deverá ser entregue e protocolizada na secretaria do Sindicato.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACORDOS EM SEPARADO**

Fica facultado ao sindicato a possibilidade de se entender diretamente com a empresa em se tratando de cláusulas não contempladas neste acordo.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO**

O sindicato permanecerá prestando assistência na rescisão do Contrato de trabalho aos funcionários com mais de um ano, ficando as empresas obrigadas a agendarem no site do sindicato a referida homologação.

**parágrafo primeiro** – A Homologação permanecerá gratuita a todo empregado que tenha de alguma forma contribuído para a manutenção das atividades sindicais.

**parágrafo segundo** – Caso haja algum funcionário que não tenha contribuído para a manutenção das atividades sindicais deste, caso queira a assistência sindical em sua homologação, deverá pagar o correspondente a contribuição assistencial do ACT em vigor.

### **Disposições Gerais**

## **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA**

Em caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente acordo, sujeitar-se-á a uma multa equivalente a 2% (dois por cento) do salário de ingresso da categoria, a ser aplicado pela Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, nos termos do artigo 613 item VIII da CTL, isto caso a empresa não proceda à correção da irregularidade apontada em relação ao presente acordo no prazo máximo de 15(quinze) dias a contar do recebimento da comunicação do Sindicato.

### **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - FORO COMPETENTE**

Fica eleita a Vara do Trabalho da Comarca de Itaúna-MG para dirimir todas as pendências oriundas do presente Acordo Coletivo de Trabalho que é assinado em quatro (4) vias de igual teor, sendo que as questões omissas dirimir-se-ão de acordo com a legislação em vigor.

ROBERTA ALVES SILVA  
Presidente  
SIND TRAB NAS IND EXTRATIVAS DE ITAUNA E ITATIAIUCU

VINICIUS CAMARGOS NOGUEIRA  
Diretor  
JMN MINERACAO S.A.

SERGIO DINIZ NOGUEIRA  
Diretor  
JMN MINERACAO S.A.

VINICIUS CAMARGOS NOGUEIRA  
Diretor  
FERRO + MINERACAO S.A.

SERGIO DINIZ NOGUEIRA

Diretor  
FERRO + MINERACAO S.A.

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA 19/08/2020**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.